

A ECONOMIA GLOBAL NO PÓS-CONSENSO DE WASHINGTON: UMA ANÁLISE DAS CRISES FINANCEIRAS OCORRIDAS NOS PAÍSES EMERGENTES NA DÉCADA DE 1990

Dimitri Leonardo Santana Martins de Oliveira*
Marco Aurélio Gomes Barbosa**

RESUMO

No fim da década de 1980, a crise econômica dos países de Estado de Bem-Estar Social e o lento colapso da União Soviética motivaram os intelectuais pró-liberalismo do mundo inteiro a proclamarem o “fim da história”, como fez o conservador Francis Fukuyama, e decretarem a vitória incontestada da “democracia liberal”. Nesse contexto de utopias falidas, poderia ser construído um mundo próspero baseado na economia de mercado. Ressurgiu como ideologia a crença de que o mercado conduziria o globo a um estado de prosperidade sem precedentes, e o caminho seria seguir as normas descobertas no famoso consenso que houve em Washington, EUA, em 1989. A história mostrou que a realidade não seria tão simples. A nova utopia mostrou-se logo mítica por várias facetas, e uma delas foi a grave crise financeira internacional que se instaurou a partir das economias emergentes e que contaminou todo o globo. Procuraremos mostrar as origens dessa crise, seu desenvolvimento e suas consequências, além das perspectivas que as economias emergentes têm agora diante de si após o fracasso monumental do Consenso de Washington.

Palavras-chave: Economia Global, Consenso de Washington, Crises Financeiras.

INTRODUÇÃO

Em termos doutrinários, o neoliberalismo não difere do liberalismo clássico de Adam Smith, e tem como base os seguintes postulados: a ênfase no individualismo e nas liberdades individuais, em especial a inviolabilidade da propriedade privada; a afirmação da desigualdade entre os homens como fato natural; a competição social baseada na livre concorrência; a perspectiva do Estado como um “mal necessário”, donde a decorrência lógica é o ideal do Estado mínimo.

O liberalismo clássico predominou durante dois séculos na economia global e constituiu-se como justificativa para o avanço do imperialismo e a formação de uma ordem internacional baseada no imperialismo e no equilíbrio econômico garantido pelo maior

Império até então, a Grã-Bretanha. Tal situação de equilíbrio teve o seu fim após a Primeira Guerra Mundial. O enfraquecimento do Império britânico e a ascensão do poderio norte-americano desequilibraram profundamente a economia internacional, gerando, na quinta-feira “do desespero” de 24 de outubro de 1929, a quebra da Bolsa de Nova Iorque e uma gravíssima crise em todo o sistema capitalista.

Para salvar o sistema econômico internacional quase falido e gravemente ameaçado pela alternativa soviética, foi concebido o *keynesianismo*, que daria origem à social-democracia. O postulado básico do *keynesianismo* é a intervenção do Estado como fonte do desenvolvimento econômico. A Europa foi reconstituída sob esse prisma e a economia norte-americana encontrou, assim, o seu reequilíbrio, sob o *New Deal*. Adotando alguns princípios desse novo paradigma, países como o Brasil entraram num processo de desenvolvimento. Porém, em meados dos anos 1970, as idéias de Keynes davam sinais de esgotamento e, paralelamente, a economia soviética caminhava lentamente para o colapso. Já que as alternativas ao liberalismo estavam bastante debilitadas, este ensaia um retorno, inicialmente tímido, com Margareth Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

O liberalismo, agora redivivo, surge tachado por seus críticos com um novo termo: “neoliberalismo”. O “neoliberalismo” é um fenômeno recente no cenário internacional, datando do fim da década de 1980 e tendo como marco inicial o chamado “Consenso de Washington”, ocorrido em 1989, nos EUA.

O CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington foi um termo criado pelo economista John Williamson para designar um receituário aos países emergentes, a partir da década de 90, cuja principal finalidade era dinamizar as suas economias, tornando-as competitivas para, então, se inserirem no mercado global.

O Consenso marcou o nascimento do *neoliberalismo* enquanto política pública e como alternativa ao fracasso do bloco socialista e da social-democracia. Representou o início da era da dominação unipolar americana. Foi aplicado especialmente na América Latina, de forma paulatina, em particular na Argentina, no Brasil e no México.

As medidas apregoadas pelos defensores do Consenso para os países emergentes foram:

- Disciplina fiscal;
- Reordenação das prioridades do gasto público;
- Reforma fiscal;
- Liberalização das taxas de juros;
- Taxa de câmbio competitiva;
- Liberalização do comércio;
- Liberalização da entrada de investimento externo direto (IED);
- Privatização;
- Desregulamentação; e
- Direitos de propriedade.

Tais medidas começaram a ser implantadas, paulatinamente, nos países emergentes, sendo que na América Latina elas foram impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), com promessas de crescimento econômico, desenvolvimento e inserção no mercado global. No México, isso se verificou, principalmente, pela adesão ao NAFTA (North American Free Trade Agreement); na Argentina, pela paridade do peso e pela abertura comercial; no Brasil, pela escalada de privatizações, pelo Plano Real de estabilização da economia e

queda da inflação. Todas essas medidas tiveram como consequência a inserção quase imediata de economias até então protegidas no circuito econômico internacional e a exposição ao capital estrangeiro, inundando-as do que se chama de “capital volátil”.

Ao longo da década de 1990, a exposição ao capital volátil e a integração abrupta e sem transição adequada ao circuito econômico internacional mostraram que essas medidas eram meramente ideológicas e que não surtiaram o efeito esperado pelos seus idealizadores, pois os países emergentes não entraram numa rota de crescimento sustentado, desenvolvimento econômico e inserção no mercado global. Pelo contrário, a aplicação exaustiva e acrítica deste receituário fragilizou ainda mais as economias dos países emergentes, tornando-as mais vulneráveis em relação ao capital estrangeiro e envolvendo-as numa grave crise financeira internacional, aumentando a miséria, a desigualdade social, o desemprego, precarizando as relações trabalhistas, ou seja, criando condições exatamente opostas às promessas oferecidas pelo Consenso de Washington e seus agentes, em especial o FMI; um terrível círculo vicioso do qual os países emergentes ainda são vítimas, e para o qual estão à procura de alternativas.

A CRISE MEXICANA (1994/1995)

O fracasso do Consenso de Washington começou ao sul do seu continente de origem. A tragédia financeira do México, também conhecida como *a crise da tequila*, interrompeu um período de crescente euforia capitalista pós-queda da URSS, em 1991, dando início a um relativo longo período em que a economia internacional se viu sacudida por um conjunto de crises sucessivas nos países emergentes, as quais se sucederam umas às outras como num verdadeiro efeito dominó.

No começo da década de 1990, o México era considerado como o campeão das reformas de mercado propaladas pelo Consenso de Washington. Foram tomadas as seguintes medidas: privatização das indústrias estatais e desregulamentação do setor privado; redução das restrições ao capital externo; e cortes nos gastos públicos – o déficit fiscal foi reduzido de 16% do PIB em 1987 para quase zero em 1994. Para controlar a inflação, o valor do peso foi atrelado a uma “banda” que impediu a moeda de oscilar para além de uma estreita faixa em relação ao dólar, houve cortes de tarifas de importação e procura de novos mercados para suas exportações. Em 1992, o México assinou o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Como efeito dessas medidas, entre 1991 e 1993, mais de 75 bilhões de dólares em capital estrangeiro foram canalizados para o México, fazendo dele o segundo maior receptor desse tipo de capital, atrás apenas da China. Impressionados com o aparente compromisso do México com a disciplina de mercado, bancos comerciais e bancos multilaterais de desenvolvimento aumentaram seus empréstimos ao país.

Entretanto, os rápidos e furiosos influxos de capital não eram um bem incondicional para o México. O capital que fluía para o México era majoritariamente “*capital de portfólio*” – ações e títulos – ao invés de investimento direto. A expansão do crédito alimentou uma febre de consumo; o México não parava de gastar sem, no entanto, investir o dinheiro novo. O governo, por seu lado, não investia em áreas importantes como educação e infra-estrutura. Em nível de comércio internacional, o país continuava a comprar mais do que podia vender, empurrando, assim, a conta corrente mexicana perigosamente para o desequilíbrio. Mas o investimento de curto prazo mascarou tal desequilíbrio por um bom tempo.

Além dessas questões, no México era patente a fragilidade de seu sistema bancário e os seus seculares problemas políticos marcados por oportunismo e uso da máquina pública com a finalidade única de ganhar eleições. Todo esse quadro, típico da América Latina, somado às fragilidades que o sistema internacional começou a apresentar, às disparidades intrínsecas do NAFTA (a desigualdade entre as economias mexicana, americana e canadense), à baixa taxa de poupança e ao crescente déficit comercial geraram um quadro de profunda desconfiança dos investidores, locais e estrangeiros.

Para aliviar a pressão sobre o peso, a moeda foi desvalorizada suavemente de início – de 3,1 a 3,5 por dólar. O pequeno ajuste aliviou um pouco a pressão que, entretanto, veio a crescer de forma rápida novamente. Assassínatos políticos locais, somados ao aperto monetário do FED (Banco Central dos EUA) – que provocou uma subida acentuada nas taxas de juros americanas, tornando os investimentos em títulos nesse país mais atraentes – levaram muitos investidores a concluir que não valia mais a pena correr riscos no México.

Num esforço para acalmar os investidores, o governo mexicano começou a trocar a dívida denominada em pesos por “tesobonos” – títulos do governo de curto prazo indexados ao dólar. Isso era bom para os investidores, que estavam protegidos pelos tesobonos de qualquer risco na taxa de câmbio. Mas era o México que agora suportava o risco, isto é, quando a desvalorização veio, o peso da dívida mexicana expandiu-se dramaticamente. Ao final de 1994, os tesobonos atingiam mais da metade de toda a dívida do governo.

Na época, o Banco Central mexicano já havia gastado uma parte substancial de suas reservas, mas parecia que nada poderia salvar o peso. Em 20 de dezembro de 1994, foi alargada a banda cambial, desvalorizando-se efetivamente o peso em 15%. Esta medida não funcionou e a queda do peso veio a ser maior do que o esperado, uma vez que houve ataque especulativo e muitos investidores concluíram que o México seria incapaz de cumprir com as suas obrigações em dólar. Em poucos dias, o valor do peso afundou para 7,5 em relação ao dólar. As reservas externas foram ainda mais drenadas; depois de meses de especulação, o banco central torrou 24 bilhões de dólares, cerca de 80% de suas reservas internacionais, tentando defender o peso.

Depois da desvalorização, os mercados de capitais globais se fecharam para o México. A temida possibilidade de uma moratória e de uma corrida aos bancos mexicanos tornou-se real. Sem assistência internacional, a economia mexicana parecia condenada a ir para o fundo do poço. A comunidade internacional propôs um pacote total de assistência de 51 bilhões de dólares – 20 bilhões do Tesouro dos EUA e o resto do FMI e de outros doadores internacionais.

Durante o primeiro ano da crise, o investimento privado caiu 30%. A inflação subiu para 51%, o consumo caiu 10% e os salários perderam quase um terço de seu valor. Em muitas partes do México, até hoje, as rendas reais ainda não se recuperaram da devastação causada. Estima-se que a crise custou ao México quase um quarto de seu PIB. Os efeitos da *crise da tequila* reverberariam bem além da esfera da relevância econômica do México, uma vez que os mercados financeiros da Tailândia à Suécia também foram atacados. Países como a Argentina que, como o México, tinham um frágil sistema bancário e um grande déficit em conta corrente foram duramente atingidos.

A CRISE ASIÁTICA (1997)

Assim como no México, a partir do processo de liberalização financeira da década de 1990, as economias asiáticas emergentes entraram no ciclo de expansão da liquidez internacional. A estabilidade macroeconômica e a crescente abertura dos seus mercados, associadas à ampliação do risco-país nas principais economias da América Latina, depois da crise de 1994 no México, direcionaram as atenções dos investidores internacionais, com maior ênfase ainda, aos países asiáticos.

Dessa forma, houve um aumento expressivo na entrada de capitais privados, permitindo um ciclo de expansão de investimentos. Entre 1994 e 1996, os países asiáticos mais atingidos pela crise (Malásia, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Coréia) receberam, em média, 25% do total dos capitais que se direcionaram para os mercados emergentes.

Apesar do crescimento do fluxo de investimento estrangeiro, persistiu na Ásia uma série de fragilidades estruturais, especialmente no que tange à incompatibilidade entre o padrão de regulação dos sistemas financeiros e a crescente internacionalização dos mercados de capitais locais, após o Consenso de Washington. O gerenciamento inade-

quado, os fracos mecanismos de controle dos riscos, a supervisão insuficiente de instituições financeiras e não-financeiras, a falta de transparência e precisão nas informações contábeis, as regras de adequação de capitais pouco rígidas (permitindo a tomada de posições fortemente alavancadas), entre outros, formariam um quadro de distorção nos sinais de mercado.

Já no início de 1997, a economia asiática foi sacudida por um turbilhão de acontecimentos que se prolongaram como num verdadeiro *efeito cascata* por todos os chamados tigres asiáticos, atingindo ainda as economias da Rússia, do Brasil e da Argentina, no mundo emergente. Em janeiro, a empresa coreana Hanbo Steel abre falência sob o peso de uma dívida de cerca de 6 bilhões de dólares. No início de maio, preocupados com a queda do yen, responsáveis japoneses declararam que talvez fosse necessário aumentar as taxas de juro. Isto não se concretizou, mas foi um dos primeiros sinais de que a crise estava à porta. Como resultado, muitos investidores começaram a vender moedas do Sudeste Asiático. Em meados de maio, o baht tailandês, o “elo mais fraco” das moedas da região, devido ao débil desempenho da economia, foi atacado pelos especuladores. O Banco Central tailandês, com a ajuda da Autoridade Monetária de Cingapura, procura resistir ao ataque. Em maio, a Finance One, principal empresa financeira da Tailândia, declara falência. No fim de junho, o Banco Central da Tailândia suspende a atividade de 16 empresas financeiras do país que sofrem de uma grave falta de liquidez. No início de julho, o Banco da Tailândia anuncia a entrada do baht num regime de taxa flutuante administrada e pede “assistência técnica” ao FMI. Este período é considerado como o verdadeiro início da crise.

Em meados de julho, o FMI oferece apoio de cerca de US\$ 1,1 bilhão às Filipinas. O Bank Negara, Banco Central da Malásia, abandona a defesa da cotação do ringgit. Em 17 de julho, a Autoridade Monetária de Cingapura desvaloriza o dólar do país. Em 24 de julho, o ringgit atinge o seu valor mais baixo dos últimos 38 meses, e o Primeiro Ministro Mahatir culpa os especuladores. O dólar de Hong Kong (HKD) mantém a sua cotação, mas à custa do gasto de cerca de US\$ 1 bilhão pela Autoridade Monetária de Hong Kong para defender o “peg” com o dólar americano à taxa corrente e que já dura há mais de uma década. No final do mês de julho, a Tailândia pede ajuda financeira ao FMI. Em inícios de agosto, as autoridades tailandesas suspendem atividade de 48 empresas financeiras. Os especuladores voltam a atacar o HKD. As taxas de juros do mercado *overnight* aumentam 150 pontos base num dia. A bolsa de valores cai significativamente.

Em agosto, o FMI aprova um pacote financeiro de US\$ 17,2 bilhões para apoio à Tailândia. O primeiro ministro malaio acusa George Soros de estar por detrás dos ataques especulativos às moedas da região. No decurso das reuniões do Banco Mundial e do FMI em Hong Kong, Mahatir declara que o comércio de divisas é imoral e que deveria ser banido; estas deveriam ser utilizadas apenas para as operações ligadas ao comércio internacional de bens e serviços; George Soros acusa então o primeiro ministro Mahatir de ser uma ameaça para o seu próprio país, a Malásia. A Indonésia declara que irá pedir o apoio financeiro do FMI. Entre os dias 20 e 23 de outubro, a bolsa de Hong Kong sofre a maior quebra da História, perdendo o índice Hang Seng cerca de 25% do seu valor em quatro dias. A desvalorização do dólar de Taiwan na semana anterior lança cada vez mais dúvidas sobre a capacidade de Hong Kong manter o seu câmbio em relação ao dólar americano (cerca de HKD 7,7/US\$). Os especuladores atacam então a América Latina, provocando grandes perdas no Brasil e na Argentina. Em 31 de outubro, o FMI aprova um pacote financeiro de US\$ 23 bilhões para a Indonésia.

Em 06 de novembro, Camdessus declara que está convencido de que a Coreia do Sul será poupada da crise que abalou os países do Sudeste Asiático. Preocupações sobre a estabilidade do câmbio do won levam os investidores estrangeiros a vender cerca de US\$ 70 bilhões de títulos na manhã desse dia. No dia 17 de novembro, o Banco Central da Coreia abandona a defesa do won, fazendo este ultrapassar a barreira psicológica dos 1.000 won/US\$. A quebra trouxe consigo uma nova descida da maioria das moedas da região. A Coreia declara que vai pedir apoio financeiro ao FMI, e no dia 04 de dezem-

bro é assinado o acordo que permite ao FMI emprestar à Coreia do Sul cerca de US\$ 57 bilhões. Logo depois, o governo da Malásia aprova um conjunto de medidas de austeridade para o país, mas continua a declarar que não precisa do apoio do Fundo.

Quatro fatores principais foram apontados como responsáveis pela crise: em primeiro lugar os regimes cambiais rígidos que mantinham as moedas nacionais atreladas ao dólar e a apreciação da moeda americana frente ao iene, estimulando a tomada de empréstimos em divisas – em sua grande maioria, de curto prazo de maturação. Estes fatores ampliavam, assim, a exposição de empresas e instituições financeiras ao risco cambial. Em segundo lugar, o excesso de investimento, tanto em setores da indústria – química, eletrônica, automobilística etc. – quanto nos mercados de ativos reais (imóveis) e de capitais, associados a uma queda generalizada de rentabilidade. Em terceiro lugar, a fragilização das contas externas, manifestas em elevados déficits em conta corrente com relação ao PIB, que contribuiu não somente para aprofundar a dependência dos influxos de capitais, como, também, para alimentar o efeito-contágio. Em quarto lugar, os desequilíbrios comerciais dos países da região com o Japão.

Há duas interpretações para a crise asiática. A primeira fala em “deficiências nos fundamentos da economia”, derivadas da interação entre sistemas financeiros frágeis, ampliação na entrada de capitais pós-Consenso de Washington e abertura dos mercados. A segunda, mesmo reconhecendo a existência de problemas estruturais e macroeconômicos, enfatiza a dimensão de pânico financeiro que teria detonado uma típica “corrida bancária”.

As fragilidades das instituições financeiras e não-financeiras locais, bem como da regulação pública, contribuíram para a eclosão da crise. Para contorná-la, foi montado um pacote de auxílio do FMI à Indonésia, Coreia e Tailândia, envolvendo o aporte de US\$ 35 bilhões do Fundo e US\$ 85 bilhões de fontes multilaterais e bilaterais. A ênfase inicial das políticas macroeconômicas foi a estabilização cambial, o que levou a um forte aperto fiscal e monetário.

A crise asiática provocou estragos em quase todos os países emergentes. O real e o peso foram duramente atacados, especialmente em outubro e novembro de 1997. Porém a economia que sofreria os efeitos da crise mais cedo seria a russa, que enfrentou turbulências financeiras já no ano de 1998, devido especialmente à dificuldade de adaptar sua antiga economia socialista a uma economia de mercado. O Brasil e a Argentina, sofrendo os efeitos dos ajustes neoliberais, não resistiram aos efeitos da crise asiática, e sucumbiram pouco tempo depois, chegando ao abismo em 1999 e 2001, respectivamente.

A CRISE RUSSA (1998)

A crise financeira ocorrida na Rússia caracterizou-se pela dificuldade de adaptação de sua antiga economia socialista à economia de mercado, apesar de medidas como a *glasnost* e a *perestroika*, na década de 1980. A união de fatores estruturais e conjunturais viria a deflagrar a crise, o que influenciaria todos os mercados emergentes, como num *efeito dominó*, especialmente o Brasil e a Argentina.

Logo após a queda do regime comunista, em 1991, a Rússia fez uma ampla liberalização de preços e procurou, de forma ineficiente, transferir empresas estatais para agentes privados e implementar direitos de propriedade. Por isso, em 1996, o investimento direto do exterior ainda era menor que 1% do PIB russo. Para completar o quadro, o governo tinha gastos crescentes e receitas declinantes, os quais geravam déficits no orçamento, enfraquecendo a estrutura fiscal e a economia russa.

Por este motivo, a Rússia precisou criar um mercado de títulos de curto prazo, os *GKO*, para financiar o seu déficit público. Sem dinheiro para pagar o rendimento desses títulos, e com o fato da emissão de moeda para financiar o déficit estar pressionando o câmbio, o Banco Central Russo emitia mais títulos para financiá-los. Havia, portanto, para os compradores desses títulos, grande risco de inadimplência, e a única maneira

de fazê-los comprar era aumentar a taxa de juros, porém o pagamento desta aumentava ainda mais o déficit. Ficou claro, então, para o mundo, que a Rússia em algum momento não honraria com os seus compromissos.

Para agravar a situação, em 1997, o preço das *commodities* no mundo inteiro caiu. Isso significou, para a Rússia, cuja economia se fundamentava, principalmente, na exportação de matérias-primas, tais como petróleo e gás, uma queda no valor das exportações, apesar da quantidade exportada ter aumentado. As autoridades monetárias tinham duas opções: ou adotavam uma política de câmbio flutuante ou defendiam o rublo. Essa última foi a opção escolhida pelo governo russo com base em expectativas otimistas.

Diante desse quadro, o presidente Yeltsin demitiu o Primeiro-Ministro e nomeou Sergei Kerienko. Contudo, a situação não melhorou. Grandes bancos russos estavam tendo dificuldade de honrar com seus compromissos e a taxa de câmbio (rublo/dólar) no mercado paralelo estava valorizada. Dessa forma, o dólar ficava cada vez mais escasso, devido ao aumento da demanda por essa moeda na Rússia. Ao mesmo tempo, o capital dos investidores continuava a sair do país. Numa tentativa de reverter tal tendência e atrair novos investimentos, o governo anunciou que iria privatizar 75% da Rosneft - grande empresa de petróleo. No entanto, não houve nenhuma proposta de compra.

A crise parecia ser inevitável. Quando os mercados abriram na manhã do dia 16 de agosto de 1998, muitos bancos estavam quebrados. O Banco Central era obrigado a gastar US\$ 4 bilhões em pensões e salários já atrasados e US\$ 1 bilhão por dia para manter a taxa de câmbio no valor de 6,2 por dólar, porque, para evitar que a taxa de câmbio se desvalorizasse, era preciso aumentar ainda mais a taxa de juros. Dessa forma, o governo russo deixou o câmbio flutuando entre 6,0 e 9,5 rublos por dólar, porém o rublo se desvalorizou em mais de 50% e ultrapassou estes limites. Ao mesmo tempo, o governo russo declarou que era, juntamente com o Banco Central, incapaz de pagar suas dívidas. Assim, foi declarada moratória de 90 dias ao pagamento da dívida externa contraída pelos bancos russos, e o pagamento de títulos foi suspenso. Uma semana depois, Sergei Kerienko foi dispensado.

Assim, no dia 17 de agosto, o sistema de pagamentos russo estava “congelado”, as importações caíam cada vez mais e a moeda russa continuava sofrendo uma desvalorização maior que a esperada. A intervenção do Banco Central foi insuficiente. A economia estava em grave recessão. O PIB continuava a cair, seguido pelo aumento da inflação e, também, da taxa de desemprego; o volume diário de todas as ações transacionadas na Bolsa de Valores era de US\$ 2 milhões, sendo preciso fechá-la em diversas ocasiões. Nesse contexto, a Rússia recebe um empréstimo de US\$ 11,2 bilhões de dólares concedidos pelo FMI. No entanto, o Fundo exigiu da nação o aumento da arrecadação e uma política de superávit fiscal. O chefe da agência de arrecadação foi demitido e entrou em seu lugar o ex-ministro de Finanças. Além disso, foi estabelecido um programa de corte de gastos públicos no valor de US\$ 7 bilhões.

Notícias indicavam que, desde 17 de agosto, 160.000 profissionais russos haviam perdido seus empregos e que o Banco Central iria imprimir moeda para aumentar a liquidez dos bancos russos “sobreviventes”, a fim destes pagarem suas dívidas. A estratégia do Banco Central foi comprar títulos GKO desses bancos. Estima-se que foram acrescentados na oferta de moeda 3,2 bilhões de rublos. Dessa forma, o rublo desvalorizou-se ainda mais, alcançando 16,38 por dólar. Assim, o colapso russo teve início devido a um choque externo, mas também contribuiu para isso um sistema fiscal pouco rígido e uma política de atração de capital externo em um sistema financeiro vulnerável. O consumo privado freou por causa da repentina perda de depósitos e poupança e o investimento diminuía cada vez mais devido à saída de capital estrangeiro. Essa situação de instabilidade trouxe consequências não só para a Rússia, mas para o mundo inteiro. Na Rússia, a instabilidade política gerada pela crise financeira impossibilitou a aprovação, pela DUMA (parlamento russo), de reformas que poderiam atenuar a recessão. Partindo da impossibilidade de re-financiar seu déficit público, a Rússia recorreu à monetização da dívida, o que gerou, junto à crescente desvalorização do rublo, a eleva-

ção do preço dos importados, o pagamento de salários e pensões atrasados e o aumento das pressões inflacionárias, que se manifestaram já nas primeiras semanas de setembro de 1998.

A paralisia do setor bancário foi devida à incapacidade deste em atender a demanda de seus depositantes, pois grande parte de seus ativos estava em T-Bills do governo, os quais foram congelados pela moratória de noventa dias, o que causou o colapso no sistema de pagamentos. O referido colapso fez com que não só as empresas deixassem de pagar seus funcionários e fornecedores, como, também, impossibilitou que a população fizesse saques para uso diário. Muitos bancos fecharam, o que acarretou na demissão de milhares de empregados. Além disso, a insolvência dos bancos fez com que milhões de pessoas perdessem suas poupanças. Esse arranjo causou o empobrecimento, principalmente, da classe média russa. A desvalorização do rublo motivou o decréscimo nas importações: comparando-se setembro com agosto de 1998, estas caíram em 45%. Por outro lado, as exportações, na qual as matérias-primas ocupavam um lugar de destaque e seus preços eram determinados no mercado global, não sofreram decréscimo. Cabe ressaltar que, em virtude da diminuição da demanda por estes produtos, os preços das matérias-primas exportadas pela Rússia (petróleo, por exemplo) caíram.

A queda do rendimento real veio acompanhada da diminuição do consumo e do investimento. Aliadas a isso, as taxas de juros com valores proibitivos faziam com que houvesse a impossibilidade de empréstimo ao setor privado, desencorajando a formação de capital fixo e levando, portanto, à queda do crescimento econômico. A referida instabilidade política não só atuaria no parlamento, como também ressaltaria o conflito existente entre governo central e as províncias. Uma parte do problema fiscal enfrentado pela Rússia estava na violação de sua Constituição Federal, já que muitas regiões recusavam-se a repassar parte do que fora arrecadado para o governo central.

A descentralização das regiões fazia com que os administradores das províncias tentassem barganhar acordos pouco ou nada transparentes com Moscou. Muitas destas tinham criado um sistema fiscal autônomo em relação à Federação. O declínio no padrão de vida, a inflação, problemas com impunidade e corrupção levaram à instabilidade social, que fomentou a desconfiança da população contra o Governo.

Foi construído, portanto, o cenário perfeito para que a liberalização da economia fosse contestada e a figura do 'Estado-Controlador' aparecesse, o que funcionava como uma alusão aos 'áureos' tempos sob domínio da União Soviética, quando a população encontrava-se protegida (tinha-se pagamento de pensões e salários em dia), e havia transparência quanto à consecução das políticas públicas.

Os países que passavam pelo processo de transição abriam novos mercados financeiros e eram destinatários de um grande fluxo de capitais externos em busca de altos rendimentos. Essas nações tornavam-se, então, vulneráveis a choques financeiros externos. Aqueles que faziam parte da ex-URSS dispunham de uma estrutura institucional parecida com a da Rússia, e assim como os países emergentes, sofreram o 'efeito contágio' da crise, assim como o Brasil e a Argentina.

A CRISE BRASILEIRA (1998/1999)

A crise da economia brasileira, no final da década de 1990, tem dois fatores causais. O primeiro foi o desequilíbrio provocado pelas medidas propostas pelo Consenso de Washington, as quais fragilizaram a economia do país. O segundo fator foi o ataque especulativo iniciado em 1997, em virtude da crise na Ásia e, em 1998, após a moratória russa. Os desequilíbrios ocorreram nas contas públicas e no setor externo, os quais requeriam como solução uma combinação de corte de gastos e aumento de receitas, por um lado, e o aumento da competitividade dos produtos brasileiros – fundamentalmente associado a uma melhora da taxa de câmbio real –, por outro.

Após a moratória russa, em agosto de 1998, contrariamente ao que acontecera com o México ou mesmo com a Ásia, o mercado fechou-se quase que por completo – e por

bastante tempo – para os países emergentes, particularmente para aqueles vistos como problemas crônicos.

Os efeitos *dominó* sobre o Brasil foram devastadores. Em apenas 50 dias, até o final de setembro, o Brasil perdeu US\$ 30 bilhões de reservas. Nesse contexto, a poucas semanas das eleições presidenciais, o Governo anunciou oficialmente que estava negociando com o FMI um acordo para enfrentar a situação, envolvendo quatro pilares: um forte ajuste fiscal; uma política monetária dura – as taxas de juros aumentaram novamente para aproximadamente 40% em meados de setembro; um pacote de ajuda externa – do FMI, organizações multilaterais e dos Tesouros dos países centrais – de US\$ 42 bilhões; e a manutenção da política cambial, tema esse considerado “tabu” pelas autoridades.

O anúncio do apoio externo – ainda que os detalhes não tivessem sido divulgados –, o lançamento das primeiras medidas de ajuste e a confirmação da vitória do presidente Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições, permitiram ao Governo respirar. Os níveis de risco-país voltaram a cair, as taxas de juros percorreram outra vez um caminho descendente, – até algo em torno de 30% – e o Governo preparava-se para começar a receber a ajuda externa prometida. As autoridades, embora com a credibilidade desgastada pela sucessão de mudanças bruscas e traumáticas de política, confiavam que poderia se repetir a história das outras oportunidades, em que as taxas de juros, após as crises do México e da própria Ásia caíam, e a economia retomava seu ritmo normal. A proporção de pessoas que acreditava que tudo isso seria estéril e que, no final, o Brasil não conseguiria evitar uma desvalorização era, sem dúvida, crescente. De qualquer forma, o Governo ainda conservava esperanças de uma melhora gradual da situação.

O golpe de misericórdia na estratégia oficial foi dado pela combinação de dois fatos. Em dezembro, praticamente ao mesmo tempo em que o FMI aprovava o pacote de ajuda ao país, o Congresso rejeitou uma das medidas de ajuste mais importantes. Poucas semanas depois, no início de janeiro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais, que havia assumido poucos dias antes, decretou uma moratória temporária da sua dívida com o Governo Federal. Embora o efeito fiscal dessa última medida fosse praticamente neutro – porque o Governo Federal dispunha de mecanismos para se ressarcir mediante o corte das transferências legais feitas regularmente para o Estado –, o impacto conjugado das duas medidas foi drástico.

O Governo reagiu a essas circunstâncias, no início de 1999, com o *mix* habitual, renovando as promessas de austeridade fiscal e monetária. A essa altura, porém, a proporção de cépticos havia se tornado claramente dominante. Em meados de janeiro, a credibilidade brasileira atingiu níveis extremamente baixos. Os mercados estavam convencidos, dia após dia, de que uma desvalorização era inevitável. No início de janeiro de 1999, a perda de reservas acentuou-se. No final da experiência de câmbio controlado, a perda de reservas era da ordem de US\$ 1 bilhão/dia. No dia 13 de janeiro, anunciou-se a substituição do presidente do Banco Central e a adoção de um sistema de banda que, na prática, implicava uma desvalorização de 9%. Isso poderia ter sido uma idéia interessante em outras circunstâncias, mas não poderia dar certo naqueles dias, porque, como era previsível, a perda de reservas manteve-se e, no primeiro dia de funcionamento da banda, a cotação chegou imediatamente ao teto.

O novo sistema durou exatamente quarenta e oito horas. Por fim, diante da absoluta falta de alternativas, o Banco Central deixou o câmbio flutuar no dia 15 de janeiro. Antes da mudança cambial, a taxa era de R\$/US\$ 1,21. No dia 14 de janeiro, estava no teto da banda: R\$/US\$ 1,32. No final de janeiro, atingiu R\$/US\$ 1,985 e, no início de março – auge da desvalorização –, chegou a R\$/US\$ 2,16.

Algumas semanas depois, com a economia em processo de normalização, o dólar voltaria a cair até o valor de R\$/US\$ 1,65; os juros baixam gradativamente e a inflação ficou controlada. Os mercados reagiram bem, e após uma pequena recessão, no ano seguinte, em 2000, o país cresce a uma taxa de 4,46%. Os efeitos da desvalorização do real e da adoção de novas providências após o fracasso das medidas neoliberais, co-

nhecidas no país como doutrina fernando-malanista, atingiu a Argentina, que também estava com a economia fragilizada em virtude dos desequilíbrios oriundos do ajuste neoliberal. O efeito *dominó* atinge agora aquele país.

A CRISE ARGENTINA (1999/2002)

A crise da Argentina tem início com a dolarização da economia promovida pelo ministro Domingo Cavallo, em 1991, com o objetivo de controlar a inflação; medida típica do Consenso de Washington e do ajuste neoliberal. A Argentina manteve a sua moeda local – o peso – com uma relação de 1 para 1 com o dólar, regime conhecido como “*currency board*”, o que permitia o ingresso de bens importados a custo baixo, porém, exigia constantes ingressos de capital estrangeiro no país.

Inicialmente a economia reagiu bem. A equivalência ao dólar teve um impacto positivo sobre investidores e sobre as expectativas e comportamento da população. A inflação caiu drasticamente e a *performance* da economia melhorou, prosperando até 1995, quando o país entrou em uma recessão devido ao contágio da crise da tequila, da crise asiática e da crise russa.

Enquanto esses países emergentes sofriam colapsos financeiros, a confiança de investidores em outros países emergentes (como o Brasil e a Argentina) diminuía. Para piorar a situação argentina, em janeiro de 1999, o Brasil desvalorizou o real e aquele país acabou sendo duramente atingida.

A Argentina insistiu em manter seu *currency board*. Os produtos argentinos tornaram-se mais caros em termos de dólares e menos competitivos que os produtos de outros países emergentes. Já as importações tornaram-se relativamente baratas, danificando as indústrias locais.

Em dezembro de 1999, Fernando de la Rúa ocupou o cargo de presidente da Argentina e tomou medidas visando à retomada da confiança de seus investidores, o que era crucial para o bem estar econômico de seu país. De la Rúa prosseguiu estreitando a política fiscal, reduzindo a circulação de dinheiro na economia e provocando deflação.

Com a moeda supervalorizada, os produtos argentinos perdendo lugar no mercado mundial e diversos anos consecutivos de recessão, muitas pessoas e investidores começaram a acreditar que o país não seria capaz de manter a paridade de sua moeda com o dólar americano. Conseqüentemente, a população Argentina correu para retirar depósitos dos bancos e começaram a trocar pesos por dólares, temendo uma desvalorização do peso. Com a corrida para converter pesos em dólares e retirar dinheiro dos bancos, o governo argentino passou a precisar de reservas maiores de dólares para continuar satisfazendo as exigências da população. Em 1991, o governo havia garantido que todos que queriam trocar pesos por dólares poderiam fazê-lo, a qualquer hora. O FMI forneceu à Argentina altas somas em empréstimos, incluindo um pacote de US\$ 40 bilhões, em 2000, para apoiar o peso, e outro de US\$ 28 bilhões, em 2001. A Argentina acumulou uma dívida internacional impagável.

Ao emprestar dinheiro para a Argentina, o FMI impôs diversas condições: o governo não tinha controle sobre suas taxas de juros e não estava autorizado a aumentar os seus gastos, estando com as mãos atadas para tentar estimular a economia e tirar o país da recessão.

A situação da Argentina era delicada. O país tomou empréstimo em dólares, mas seus impostos eram todos em peso. Diante de tal cenário, o risco crescia. Os investidores começaram a exigir taxas de juros mais altas para compensar o risco. Tais taxas danificavam ainda mais a economia, não permitindo que o país se recuperasse da recessão. A recessão profunda já havia deixado milhares de pessoas desabrigadas, negócios foram fechados e o desemprego crescia a níveis nunca antes alcançados.

Em novembro de 2000, as taxas de juros (devido ao risco Argentina) dispararam e o FMI interviu. Na primavera de 2001, o Presidente de la Rúa trouxe de volta o criador do “*currency board*”, Domingo Cavallo, para tentar conter a crise econômica. Durante um

pequeno período, essa medida fez reviver a confiança dos investidores. Contudo, Cavallo insistiu em manter a paridade cambial, o que não funcionou, provocando manifestações populares, tumultos e fúria; movimento que ficou conhecido como “*panelaço*”, ou “*caçarolaço*” (na Argentina), levando à renúncia de Cavallo e, em dezembro do mesmo ano, do Presidente Fernando de la Rúa.

Durante as duas semanas que se seguiram à renúncia do presidente Fernando de la Rúa, quatro presidentes chegaram ao comando e, também, renunciaram. O quinto foi Eduardo Duhalde, eleito no dia 1º de janeiro de 2002, em uma sessão de emergência do Congresso. Duhalde assumiu a presidência de um país falido e que havia causando o maior atraso no pagamento de uma dívida externa da história.

Antes de Duhalde tomar posse, o Banco Central garantiu às pessoas que possuíam pesos o direito legal de convertê-los livremente para o dólar. Duhalde, no dia 6 de janeiro de 2002 encerrou tais práticas e confiscou \$17.8 bilhões de reservas estrangeiras e desvalorizou a moeda argentina; encerrando uma década da paridade entre peso e dólar. O governo bloqueou depósitos e forçou bancos comerciais a retornarem os dólares ao Banco Central. Duhalde converteu os depósitos que haviam sido feitos em dólares para pesos. Tal medida ficou conhecida como “*corralito*”, a qual teve fim somente no dia 22 de agosto de 2005. Cidadãos voltaram às ruas, tumultuando e manifestando contra o novo governo. Em eleição realizada em maio de 2003, é eleito presidente Nestor Kirchner, que prometeu tomar medidas para minimizar os efeitos da crise na Argentina.

FIM DA CRISE MUNDIAL?

Em 2000, um ano antes do epicentro da crise na Argentina, Alan Greenspan, o presidente do FED (o Banco Central Americano) declarou que “a crise mundial havia acabado”. Hoje, o mercado afirma de forma peremptória que a crise acabou e que “estamos vivendo uma época de prosperidade sem precedentes”, citando justamente a Argentina como um dos exemplos desse fato, pois sua economia, em termos de PIB, vem se recuperando de forma robusta e crescendo em média três vezes mais que o Brasil, nos últimos três anos.

A pergunta que nos cabe fazer é: a crise de fato acabou? É verdade que a crise em efeito *dominó* parece ter acabado, porém as economias dos países emergentes ainda não se recuperaram dos seus efeitos. Elas sofrem com a instalação do desemprego estrutural e com a diminuição drástica dos investimentos sociais por parte do Estado, o que tem provocado aumento da concentração de renda e da exclusão social.

Tais efeitos nefastos têm suscitado questionamentos acerca dos rumos da economia global nos próximos anos. Hoje estamos assistindo à reunião de grupos do mundo inteiro, os quais que buscam alternativas concretas, depois do fracasso monumental do Consenso de Washington, à globalização neoliberal e ao fim do *keynesianismo* e da União Soviética. Desde 2001, um movimento que propõe uma outra globalização vem se reunindo todo o ano, o Fórum Social Mundial, reunindo intelectuais e ativistas do mundo inteiro, os quais buscam pensar alternativas sustentáveis, viáveis e exeqüíveis ao *pensamento único* da era pós-Thatcher.

Os questionamentos e as mudanças de posicionamento também acontecem no nível político: na América Latina, por exemplo, está havendo, desde a subida de Chávez ao poder, uma consistente guinada para a esquerda, que se reflete nas eleições de Lula, Kirchner, Bachelet e Morales. Ainda existem crescentes movimentos apoiados por esses governos, apesar de forma ainda bastante incipiente e com pequeno impacto na economia mundial, mas que já representam uma alternativa concreta à globalização neoliberal pós-Consenso de Washington: a economia solidária, o comércio justo e as políticas de micro-crédito. É verdade, por um lado, que a crise ainda persiste em seus efeitos, mas, por outro, há sinais de uma significativa – apesar de ainda incipiente – organização da sociedade civil mundial, que debate acerca dos postulados de Washington e que questiona a assertiva thatcheriana, segundo a qual “não há alternativas”.

As crises do pós-Consenso de Washington evidenciam a nova fase do capitalismo pós-Idade de Ouro (1948-1973), pós-Crise do Petróleo (1973 e 1979) e pós-Queda da URSS (1991), a qual se caracteriza pela financeirização da economia e conseqüente deslocamento da economia real. Constitui-se, de forma cada vez mais consistente, um mercado mundializado, graças especialmente à Revolução da Telemática, nos anos 1970. O fim do *Welfare State* e da URSS – sistemas que desde os anos 1930 se contrapunham ao capitalismo de cunho liberal que prevaleceu entre 1880 e 1929 – reacendeu nos teóricos liberais a esperança de re-propor ao mundo o revival do liberalismo, que se caracterizou pelos dez postulados do que se configurou como o *Consenso de Washington*. O suposto objetivo principal do Consenso foi elevar as economias emergentes (ou economias periféricas industrializadas) ao mercado mundializado, integrando-as à lógica do mundo capitalista que agora abraçava o neoliberalismo. No entanto, o Consenso fracassou, pois não levou em consideração as peculiaridades e dinâmicas endógenas das economias regionais, aplicando receituários prontos e acabados. Além do mais, como foi dito anteriormente, a aplicação exaustiva e *acrítica* deste receituário fragilizou ainda mais as economias dos países emergentes, tornando-as mais vulneráveis em relação ao capital estrangeiro. O Consenso também descuidou de medidas que seriam essenciais para garantir a inserção das economias emergentes no mundo globalizado, como o fortalecimento das instituições públicas – sistema judiciário limpo e eficiente, partidos políticos fortes, aperfeiçoamento do processo orçamentário público, com fortalecimento do papel fiscalizador do poder legislativo sobre o poder executivo e de capacidade técnica para a elaboração do orçamento, desenvolvimento das arenas de participação e controle público das ações governamentais etc.

Para além do Consenso, as medidas de ajuste neoliberal não diminuíram o Estado em níveis absolutos. Verificou-se uma diminuição do Estado em *políticas de bem-estar social*, ao passo que houve aumentos sistemáticos de receitas para outros setores da economia, especialmente o socorro do Estado às grandes corporações. No Brasil, isso se verificou pelas ajudas que o Governo Federal deu aos Bancos – Econômico (1995), Nacional (1996) e Bamerindus (1997), por exemplo. Outro dado diz respeito às transferências de renda: no Brasil, o Governo Federal transferiu R\$ 8 bilhões para o Programa Bolsa família em 2005, enquanto gastou R\$ 120 bilhões em juros para os credores internacionais. Essa mudança de perfil do Estado nos países capitalistas, nas décadas de 1990 e 2000, gerou concentração de capitais e aumento da desigualdade social, da pobreza e da miséria, especialmente na América Latina e nos países atingidos pela crise mundial. Calcula-se que só a *crise da tequila* colocou quase 3 milhões de pessoas na pobreza.

De fato, a adoção das medidas de cunho neoliberal, nos últimos anos, tem sido responsável por um aumento considerável da concentração de capitais e de renda, mesmo nos países do Norte (a Tríade Econômica – EUA, Europa e Japão). Tais medidas vêm ampliando a desigualdade social devido ao desemprego estrutural – fruto da reestruturação da economia a nível global – e à ausência de políticas sociais por parte do Estado. Além disso, no jogo financeiro neoliberal, existem partes imensas do mundo, como a África, que simplesmente são desconsideradas e que estão à margem da economia neoliberal supostamente *mundializada*. Por isso, atualmente, existem diversos movimentos, no âmbito mundial, que buscam *contestar* “a *ditadura do pensamento único*” e o dito de Margareth Thatcher, de que “*não há alternativas*”. Tais movimentos se condensam no *Fórum Social Mundial* e, hoje, no Fórum Econômico de Davós, Suíça, buscando alternativas à problemática econômica mundial. Não é à toa que o lema do Fórum é “*um outro mundo é possível*”, para se contrapor à afirmação de Thatcher. É preciso se perguntar, porém: qual? Este é o início de um repensar da economia mundial, no qual ainda não há nada definido e as alternativas devem ser construídas e apresentadas de modo democrático e de forma que estimule o diálogo entre pensadores das mais diversas correntes político-econômicas.

* Graduando do curso de Administração de Empresas - Universidade Federal da Bahia / Bolsista de IC pelo PIBIC / Email: dimitri_martins@yahoo.com.br

** Graduando do curso de Administração de Empresas - Universidade Federal da Bahia / Bolsista de IC pelo PIBIC.

REFERÊNCIAS

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. *A crise brasileira de 1998/1999 – origens e consequências*, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/Td/Td-77.pdf>>. Acesso em 13 ago 06.

BERTOLINO, Oswaldo. *Símbolo do fracasso neoliberal, termina “corralito” na Argentina*. Diário Vermelho, 23.08.2005. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0823/0823_corralito.asp>. Acesso em 13 ago 06.

BOLETIM AUDITORIA DA DÍVIDA. *A crise argentina*. Disponível em <<http://www.jubileubrasil.org.br/dividas/origem/argentina.htm>>. Acesso em 13 ago 06.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CRISE NA ARGENTINA. Disponível em <http://www.10emtudo.com.br/artigos_1.asp?CodigoArtigo=23&Pagina=1>. Acesso em 13 ago 06.

CUNHA, André Moreira. Liberalização econômica, crise financeira e reformas estruturais: a experiência asiática sob a perspectiva Latino-Americana. In: *Encuentro de Estudios Coreanos de América Latina*. Buenos Aires, 2004.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LINS, Daniel; LOIC, Wacquant. *Repensar os Estados Unidos – por uma sociologia do superpoder*. São Paulo: Papirus, 2003.

MARTINS, Dimitri. *Anotações em Sala de Aula da Disciplina Relações Internacionais*. Salvador: UFBA, 2006.

MILANI, Carlos R. S. Globalização e política: o Fórum Social Mundial e a contestação política internacional. In: *Palestra ministrada na Escola de Administração da UFBA*. Salvador, 2004.

O BARÃO da Bahia beija a Iona. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, ed. 1405, ago. 1995.

PINTO, Bruno; VILELA, Thaís; LIMA, Ursula. *A crise financeira russa*, 2003. Disponível em <<http://129.3.20.41/eps/if/papers/0504/0504003.pdf>>. Acesso em 11 ago 06.

ROSEN, Nick. *A crise do peso mexicano*. Disponível em: <http://www2.gsb.columbia.edu/ipd/j_fx_mexico_por.html>. Acesso em 07 ago 06.

ROUBINI, Nouriel. In: Stern School of Business / New York University. Disponível em <<http://www.stern.nyu.edu/~nroubini/asia/AsiaChronology1.html>>. Acesso em 07 ago 06.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIDAL, Francisco Baqueiro. *Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e o Caminho da Servidão*. Salvador: [s.n.], 2004.